



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADE

IVANILSON DINIS GERALDO MONTEIRO

Movimento *Hip Hop* em Guiné-Bissau: Análise da música “Esta terra é nossa” do grupo Real Power

Redenção,
2014.

IVANILSON DINIS GERALDO MONTEIRO

Movimento *Hip Hop* em Guiné-Bissau: Análise da música “Esta terra é
nossa” do grupo Real Power

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção de título de bacharel em humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Bas'Ílele Malomalo

Redenção,
2014.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catálogo na fonte

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos– CRB-3 / 1219

M774m Monteiro, Ivanilson Dinis Geraldo.

Movimento Hip Hop em Guiné-Bissau: Análise da música “Esta terra é nossa” do grupo Real Power. Ivanilson Dinis Geraldo Monteiro. – Redenção, 2014.

57 f.: il.; 30 cm.

Monografia do curso do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Bas'Ílele Malomalo.

Inclui figuras e referências.

1. Hip-hop (Cultura popular). 2. Hip-hop – Guiné-Bissau. I. Título.

CDD 305.235

IVANILSON DINIS GERALDO MONTEIRO

Movimento *Hip Hop* em Guiné-Bissau: Análise da música “Esta terra é nossa” do grupo
Real Power

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção de título de bacharel em humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Bas´Ilele Malomalo.

Aprovada em ___ / ___ / ___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Bas´Ilele Malomalo -Orientador - Unilab

Prof. Dr. Ivan Maia- Unilab

Prof. Dr. Roberto Kennedy- Unilab

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Dinis Geraldo Monteiro e Maria Albino Insali.

Aos meus tios, Geraldo Monteiro, António Ramalho, Mario Musante, Nene Cá, Abel Monteiro, Antonio Sucuma e Baturmeu.

AGRADECIMENTOS

Tantas pessoas me ajudaram a chegar ao fim desta jornada que é difícil agradecer a todas em apenas algumas linhas.

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus por ter me dado vida e saúde para superar as dificuldades.

Não poderia deixar de agradecer, em momento algum, à minha família, meus queridos pais, Dinis Geraldo Monteiro e Maria Albino Insali, pois eles são os grandes responsáveis por eu ter chegado até esse momento para escrever essas palavras. Agradeço pelo apoio quando escolhi Humanidades como o meu curso. Não poderia também deixar de agradecer a meus irmãos Geraldino, Leocaldina, Nivaldino, Leandro, Samory, Nelo, Arlindo e Ivanilda, que mesmo longe agora, sempre apoiaram-me.

Agradecer, também, do fundo do meu coração, ao meu orientador, professor Bas'ilele Malomalo pela paciência, imprescindível nesse trabalho.

A meus amigos, os quais conquistei durante esses anos de faculdade, Miller, Aminata, Benibel, Benvinda, Boyngo, Ismenia, Florinda, Wilson, Armando, Marceano, Felisberto, Didier, Manuel, Domingos, Gilmar, Raimundo e Fara; com eles pude dividir angústias, tristezas, alegrias e vitórias. Obrigado por fazerem parte da minha vida.

À Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB, pela oportunidade.

RESUMO

Esta pesquisa pretende compreender o papel da música “Esta terra é nossa” do grupo Real Power, perante a situação política na Guiné-Bissau, através da análise da sua letra e com a entrevista de dois dos integrantes do grupo que são também estudantes da Universidade da Integração Internacional de Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). A música “Esta terra é nossa” traz uma breve reflexão, que será feita de uma forma profunda, mais adiante, sobre a necessidade de os políticos terem um espírito de patriotismo no que diz respeito à riqueza e à biodiversidade nacional. A música foi lançada em 2009 depois de ter sido escolhida como a melhor do Festival da Tinguena, no mesmo ano, em capital Bissau.

Palavras chave: Guiné Bissau; Estado; *Hip Hop*; Real Power.

ABSTRACT

This research aims to understand the role of the song " *This land is ours* " of Real Power Group before the political situation in Guinea-Bissau by analysing the letter and the interview made with two (2) members of the group that are students of the University for the International Integration of the Afro-Brazilian Lusophony (*UNILAB*) . The song "This land is ours" brings a brief reflection that we will do deeply after about the need of the politicians to have a spirit of patriotism with regard to wealth and national biodiversity. The song was performed in 2009 and it was chosen as the best of the year in the *Tinguena* Festival.

Key-words: Guiné-Bissau; State; Hip Hop; Real Power

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa da Guiné Bissau	13
Figura 2: Floresta queimada para fins agrícolas	33
Figura 3: Serração da Madeira.....	34
Figura 4: Floresta queimada para fins lenhosos	35

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. A SITUAÇÃO POLÍTICA DA GUINÉ-BISSAU – SÉCULOS XX E XXI.....	13
2. A FLORESTA NA GUINÉ-BISSAU	27
3. ANÁLISE DA MÚSICA “ESTA TERRA É NOSSA”	38
3.1O <i>Hip Hop</i> E Suas Manifestações Artísticas: Algumas Definições	40
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
5. REFERÊNCIAIS.....	50
6. ANEXOS.....	52

INTRODUÇÃO

JUSTIFICATIVA

Achamos que o tema escolhido, *Hip-Hop*, tem uma grande importância porque é instrumento da promoção da cidadania e é, ainda, uma manifestação sócio-histórico-cultural que procura traduzir-se em exercício permanente de metalinguagem de negociação entre as experiências de marginalidade, opressão, escassez, estigma social e preconceito étnico. Atuando exatamente a partir da sua capacidade de tradução e ampliação do sentimento de injustiça presente entre populações que vivem à margem da efetivação de justiça social, ou seja, da inclusão e do reconhecimento dos princípios de igualdade.

Para tanto, o *Hip-Hop* é uma arte reconhecida como ferramenta educativa e tem potencializado o seu caráter político e transformador de auto reflexão, como canal de participação e de pertencimento histórico (ligação com o passado) e social (ligação com o presente) capaz de viabilizar espaços da cidadania. Significativamente, entendemos que a narrativa identitária na cultura *hip-hop* se constrói por meio de uma reflexividade que tem um papel muito importante de reconstrução da ressignificação e compõe as subjetividades dos atores sociais, o sujeito que reflete sobre seu papel na sociedade e se torna o protagonista social de sua própria história (MARTINS, 2013, p.265).

A história política recente da Guiné-Bissau atravessou profundas transformações, desde a proclamação unilateral de sua independência, em 1973. Depois de onze anos de luta armada, passou pela libertação política no início dos anos noventa, bem como pelo conflito político–militar de 1998/99. Desde este último evento, o país tem vivido em permanente instabilidade política e governamental; evento este que ocorreu para a fragilização das instituições do Estado e da economia, o que resultou na aceleração dos níveis de pobreza e insegurança, e o país viu-se confrontado com o fenômeno do narcotráfico, insurgindo golpes de Estado baseados no jogo da presença dos militares na vida política, num contexto de alianças feitas e desfeitas com os políticos, de acordo com as circunstâncias, impedindo o país de obter o benefício da estabilidade e alívio das tensões, acarretando num desenvolvimento socioeconômico de perspectivas difíceis, devido às constantes lutas pela captura e conservação do poder (BARROS, 2012, p.171).

É neste contexto que o hip-hop guineense se embasa para chamar a atenção dos políticos, no que diz respeito à gravidade da situação que reflete o sofrimento cotidiano do povo.

Questões centrais da pesquisa

1^a) Qual é a importância da mensagem da música “Esta terra é nossa”, do grupo Real Power?

2^a) Como surgiu o grupo Real Power, e qual é o seu papel na sociedade guineense?

OBJETIVOS

Esse trabalho tem por objetivo geral compreender o papel político do Movimento *Hip Hop* no contexto da crise social e política da Guiné Bissau.

Há dois objetivos específicos, que são:

A) Investigar a gênese e a estrutura do grupo do *Hip Hop*, Real Power.

B) Analisar os conteúdos da música “Esta terra é nossa”, do Real Power.

METODOLOGIA

O nosso trabalho combina três abordagens para a coleta de dados: a pesquisa bibliográfica, a documental e a de campo. Elegemos alguns autores como: Gil, Minayo e Orlandi, para nos ajudar a compreender o procedimento metodológico.

Segundo Gil (2010), uma pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Partes dos estudos exploratórios podem ser definidas como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir de técnica de análise de conteúdo. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados secundários. É nesse sentido que escolhemos e/ou recorremos ao material bibliográfico para alcançar os objetivos da nossa pesquisa. Continuando com a perspectiva do mesmo autor, Gil (2010), uma pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença, para ele, entre ambas, está na natureza das

fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. O nosso trabalho utilizou a internet para complementar a coleta de dados através de Youtube e outros sites especializados, como por exemplo, novas da Guiné e G.Bissau. O Youtube nos ajudou na retirada da música “Esta terra é nossa”, que serviu de análise, e outro site especializado serviu para nos posicionar da atual situação da floresta no país, que é o foco do nosso trabalho.

A Pesquisa de campo e entrevista, segundo Minayo (2002), instrui-nos afirmando que, após termos definido, através de um projeto de pesquisa, nosso objeto de estudo, surge a necessidade de selecionarmos formas de investigar esse objeto. Em Ciências Sociais, continua indagando a mesma autora, quando se tem como referência a pesquisa qualitativa, o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade do campo que se estuda.

No nosso caso, para o trabalho de campo, escolhemos a entrevista aberta como a modalidade para coleta de dados. Afirma Minayo (2002), que a entrevista aberta é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Para ela, através dessa técnica de coleta de dados, o pesquisador busca obter informações contidas na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa desprentensiva e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos dados relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objetos da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Sua forma de realização pode ser de natureza individual e/ou coletiva, aberta, fechada ou semiaberta. No nosso trabalho realizamos uma entrevista aberta e coletiva com dois integrantes da banda Real Power.

Como no nosso trabalho analisamos e interpretamos o material coletado, a música “Esta terra é nossa”, para Eni Orlande (2012), a escuta discursiva deve esclarecer os gestos de interpretação que se ligam aos processos de identificação dos sujeitos, suas filiações de sentidos: descrever a relação do sujeito com a sua memória. Nessa empreitada, descrição e interpretação se interrelacionam. E é também tarefa do analista distingui-las em seu propósito de compreensão, o que fizemos na interpretação da letra da música “Esta terra é nossa”.

DIVISÃO DO TRABALHO

Neste trabalho abordaremos o nosso assunto, conforme o título, em três capítulos. No primeiro capítulo falaremos da situação política da Guiné-Bissau do século XX e XXI; no segundo capítulo, abordaremos a questão da floresta na Guiné-Bissau; e, no terceiro e último capítulo trataremos da letra da música, “Esta terra é nossa”, que escolhemos como o nosso objeto de análise e de interpretação.

1. A SITUAÇÃO POLÍTICA DA GUINÉ-BISSA - SÉCULOS XX E XXI

A Guiné-Bissau é uma República com 36.125km², situada no continente africano, na costa ocidental da África, banhada pelo oceano Atlântico. Faz fronteira ao norte com República do Senegal e ao sul com a República da Guiné Konakry. O país possui uma população de 1.548.159 habitantes, segundo o último recenseamento realizado pelo INEC (Instituto Nacional de Estatística e Censo), em 2009. Integra cerca de 80 ilhas que constituem o arquipélago dos Bijagós, além dos territórios continentais que compreendem oito regiões: Bolama, Bafatá, Gabu, Cacheu, Quinara, Tombali, Oio, Biombo, mais o setor autônomo de Bissau que é a capital.

Figura 1: Mapa da Guiné Bissau



Para compreender a situação política da Guiné-Bissau, que é o objetivo do estudo através da análise da música, achamos que é pertinente trazer alguns fatos que ocorreram e que marcaram a independência do país.

Como aconteceu em quase todos os países da África, a luta pela independência na Guiné-Bissau também começou nos centros urbanos, sob a forma de demonstrações pacíficas e greves, para exigir que os portugueses mudassem de posição com relação aos legítimos direitos de nosso povo à autodeterminação e à independência nacional. As autoridades coloniais, porém, continuaram violentamente intransigentes (LOPES, 2011, p. 27).

No dia 3 de Agosto de 1959, os descontentes estivadores, marinheiros e mercantes, entraram em greve por questões mais mundanas de aumento de salário e melhores condições de trabalho, ocasião em que foram obrigados a voltar ao trabalho, literalmente à bala, o que matou cerca de cinquenta grevistas e deixou um número muito maior de feridos. O Massacre de Pidjiguiti, sobre o qual se fez um incrível silêncio oficial, tornou-se um ponto crítico vital, quando o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde), tomou a decisão nevrálgica de mudar de rumo e enveredar por um caminho de luta de todos os modos possíveis, inclusive a guerra. Cabral logo reconheceu que a estratégia do movimento estivera, até então, errada (LOPES, 2011, p. 27).

A mais importante lição tirada da brutal resposta dos portugueses à greve de Pidjiguiti foi a necessidade de mobilizar e organizar as massas rurais para a libertação nacional. O enorme sucesso disso é confirmado pelo resultado final da luta armada de libertação. Com isso, mudando os quartéis gerais do PAIGC para terreno seguro ao sul da fronteira, em Conacri, capital da recém-independente República da Guiné (também conhecida como Guiné-Conacri), o lendário Abel Djassi (nome de guerra de Cabral) e seus companheiros, trataram de preparar e planejar com todo o esmero a já inevitável guerra de independência. Quatro anos depois, no dia 23 de Janeiro de 1963, os portugueses residentes na Guiné sentiram a determinação dos combates do PAIGC, valentes guerreiros mobilizados e inspirados por Amílcar Cabral (LOPES, 2011, p. 27-28).

O Amílcar Cabral foi, sem dúvida, a figura chave central, o líder indiscutível das políticas, militar e diplomática a serem vencidas para garantir o triunfo pela luta armada. Seu gênio foi justamente a capacidade de convencer os duvidosos e desconfiados, mobilizar os simpatizantes a assumirem riscos mortais, persuadir a cética opinião internacional sobre a justiça da causa, garantir os recursos, matérias vitais sem compromisso e, sobretudo galvanizar homens e mulheres para que praticassem incríveis atos de coragem (LOPES, 2011 p. 28).

O ataque à guarnição portuguesa em Tite, no sul da Guiné-Bissau, em 23 de Janeiro de 1963, deu início à adiada luta armada de libertação que foi, sem dúvida, o melhor momento na história dos povos colonizados da Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Foi uma guerra em que guineenses e cabo-verdianos, apesar dos antagonismos gerados pela condição colonial e, no contexto de uma luta armada de libertação, da hostilidade entre eles promovida pela mesma condição, combateram e morreram bravamente, lado a lado, contra um inimigo armado até os dentes com as mais recentes armas convencionais e teimosamente determinados a defender o *status quo* colonial (LOPES, 2011, p. 28).

Os dois primeiros Governos Provisórios de Portugal cumpriram a promessa de reconhecimento da República da Guiné-Bissau. Foi o adeus a uma província que era sempre a madrasta do Império Colonial, não fosse ela a menor das províncias em guerra. O fato de apenas existir um movimento de libertação, o PAIGC, tornou mais fácil chegar a um entendimento entre as entidades portuguesas e aquele movimento para, no fundo, aquelas reconhecerem a independência que já tinha sido unilateralmente declarada em 24 de Setembro de 1973. Após esta data, não faltaram países a reconhecerem o novo Estado; até ao final daquele ano, foram cerca de 40 e, em 31 de Maio de 1974, eram já 84. O 10 de Setembro de 1974 marca, assim, o início do rumo político de um novo Estado, que deu na primeira colônia portuguesa no continente africano a ter a independência reconhecida por Portugal deixado, agora, totalmente nas mãos do povo guineense, melhor dizendo, nas mãos dos dirigentes políticos guineenses, embora para estes, o dia efetivo da independência seja o 24 de Setembro de 1973. A Guiné-Bissau, desde então, totalmente independente, é administrada por mãos próprias; teve ao longo destes 41 anos muitas metamorfoses políticas que lhe proporcionaram grandes e graves contratemplos para a consolidação da democracia, estabilidade política e desenvolvimento socioeconómico (LOPES, 2011, p. 68).

Alguns anos sem eleições e com um sistema de partido único, depois golpes de Estado frequentes, a Guiné-Bissau acabou por “oferecer” ao seu povo graves desentendimentos políticos que só trouxeram desordens, pouco desenvolvimento e mais pobreza, de tal forma que alguns guineenses passaram a manifestar saudades do tempo em que os portugueses, apesar da nefasta guerra, distribuía alimentação (arroz e outros produtos) em todo o território e apoiavam as populações que o desejassem, não só nas cidades e vilas, mas também nos locais mais recônditos onde existissem Tabancas. Mas, para o bem e para o mal, a independência foi a independência política para todos os efeitos. Para isso lutaram durante muitos anos, sob a égide de Amílcar Cabral que não assistiu ao ato que mais ansiava: a Independência da Guiné-Bissau. Se não tivesse acontecido a fatalidade da sua morte, o destino político do novo Estado teria, seguramente, seguido outro rumo com menos instabilidade, porque ele representava, pelo menos aparentemente, a unidade do PAIGC na luta pelo ideal nacionalista do povo da Guiné-Bissau (LOPES, 2011, p. 68).

Amílcar Cabral foi fundamental no movimento de libertação que deu a independência aos povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde. A eficiência da sua liderança fica evidente no fato de que, apesar de seu covarde assassinato em

20 de Janeiro de 1973, o já triunfante movimento de libertação não se desmantelou, como calculavam ou planejaram o ato abominável (LOPES, 2011, p. 28).

Se tivermos em conta a perspectiva histórica, meramente política, podemos dividir o tempo que decorreu desde a independência da Guiné-Bissau até ao ano de 2014, inclusive, em dois períodos:

O primeiro abrange o «Regime de Partido Único», que vai desde a Independência/reconhecimento (1973/74), até meados de 1994.

O segundo abrange o «Regime do Multipartidarismo», que decorre desde meados de 1994 até ao ano de 2014.

Período do «Regime de Partido Único», 1973/74 a meados de 1994 – Pese, embora, as organizações políticas criadas para lutarem pela independência, foi o PAIGC que teve a hegemonia da luta, quase sem concorrentes políticos no empreendimento armado que lutou contra o colonialismo português. Organizado em Comitês de Tabanca, no campo, e em Comitês de Bairro, nas cidades, o PAIGC tinha os ingredientes organizativos em células ativas para a dinamização local em permanente contato com as populações. Estruturas que eram coordenadas por uma estrutura a nível de cada região que, por sua vez, estava dependente de outra a nível nacional. O princípio orientador da sua estrutura orgânica era baseado no «Centralismo Democrático», com direção coletiva. Como foi o PAIGC que criou o Estado, então o partido tinha supremacia a este. Era o partido que dirigia a sociedade e o Estado (SOUSA, 2012, p. 18).

Com a independência formal da Guiné-Bissau, em 1974, não foi pacífica a instalação e o controle do país por parte do PAIGC, numa lógica partido/Estado e de um modelo de desenvolvimento estatizado. De resto, na Carta constitucional que precedeu a constituição da República, defendia-se, no artigo 4º, que o PAIGC seria único e legítimo dirigente e representante político da sociedade guineense (SOUSA, 2012, p. 29).

Para compreender o processo desse estudo, procuramos identificar algumas concepções relevantes que existem na literatura sobre o objetivo, movimento *Hip Hop*, no contexto da crise política da Guiné-Bissau.

Iniciando com as recentes crises políticas na Guiné-Bissau, o Estado guineense e as instituições políticas e militares estão completamente minados pela crise de autoridade que atrofia o desenvolvimento interno e contribui para o descrédito a nível externo. É pela visível decadência do estado e das instituições políticas e militares, nunca antes vista, e

por uma não menos evidente, a deterioração do nível de vida das populações, que as atuais crises se diferenciam das que assolaram a I¹ (1974-80), II² (1980-94), III³ (1994-98) República. É nestas, apesar de situações experimentadas, algumas delas muito graves, a existência do Estado, enquanto tal, nunca chegou a ser ameaçada tão seriamente como no presente.

Ainda assim, as crises estruturais (político, militar, econômico, social e moral) dos últimos anos têm merecido apenas, parcialmente, a atenção por parte dos compatriotas, da classe política e até das organizações internacionais. Isto significa, a grosso modo, que o que tem ocupado, de fato, todos os debates e as preocupações dos compatriotas, da classe política e dos organismos internacionais, tem sido, tão somente, um aspeto desta crise estrutural: a crise no setor da defesa e segurança. De resto, constata-se a prioridade que se tem dado à reforma neste setor. Talvez, por isso é que ainda hoje, nos meios civis e políticos da Guiné-Bissau, quando se fala dos combatentes da liberdade da pátria e das nossas Forças Armadas, a reação que é habitual de ouvir é a de que são os maiores culpados pela situação de instabilidade que tem assolado o nosso país. É em virtude disso que muitos têm defendido a passagem à reforma e desmobilização compulsiva como as únicas soluções capazes de obstruírem as inúmeras interferências dos militares na vida política nacional (SOUSA, 2012, p. 22-23).

Por outro lado, a instabilidade da Guiné-Bissau deve-se também ao narcotráfico, a ódios antigos e novos problemas associados aos boatos, rumores, intrigas e inveja que sequestraram o Estado, as instituições públicas e a vida quotidiana e, por último (sem ser necessariamente o último), à falta de patriotismo de alguma elite política e militar nacional. Portanto, apesar das variantes da crise atuarem em conjunto, isto é, de forma integrada e articulada, acreditamos que a resolução do problema político, ou seja, das lutas pelo poder no sistema político partidário, contribuiria para a resolução das restantes crises. Diremos mais! Não se sabe até que ponto a sistemática interferência dos militares na vida política nacional deve ser imputada às lutas pelo poder, à crise de liderança, ao vazio do poder e da autoridade, a consequente instabilidade governativa, à corrupção que, de certo modo, confiscou o nosso edifício político-institucional, enquanto que a miséria se apoderou dos nossos povos e das Forças Armadas, ou até mesmo à ausência de um

¹ I República, anos após a independência governada pelo presidente Luís Cabral.

² II República, período do primeiro golpe militar no país.

³ III República, período do multipartidarismo e da guerra civil no país.

líder carismático que pudesse conglutinar o país e os guineenses em torno dos grandes desafios e projetos de desenvolvimento. Ainda que seja difícil estabelecer objetivamente a fronteira entre a responsabilidade dos políticos e a dos militares nas crises dos últimos anos, uma coisa parece-nos certa: uma reforma da classe política e dos partidos seria um passo decisivo para acabar com a instabilidade. A política, enquanto atividade nobre de dedicação plena e exclusiva aos nossos povos na concretização das suas aspirações, não pode ser aberta a todos os homens, por outras palavras, nem todos os homens estão aptos a fazer política (SOUSA, 2012, p. 24).

A crise moral, econômica, social, no setor da defesa e segurança e político-institucional têm em comum o fato de condicionamento ou de atrofiarem o funcionamento regular do Estado e das instituições políticas ao ponto de ameaçarem a existência do próprio país. No fundo, isto quer dizer, em última análise, que o Estado pós-colonial guineense, foi capaz, ainda, de delinear um modelo político, social e econômico que pusesse termo às crises permanentes, apesar das promessas em dotar o país de adequados instrumentos de soberania, em assegurar o crescimento econômico, em elevar o nível de vida das populações e da sua retórica em torno da criação de uma nova ordem social e formação de um homem novo (SOUSA, 2012, p. 25).

O golpe de Estado de 12 de Abril pode ter significado, talvez, o último golpe a ocorrer na Guiné-Bissau, pois ninguém acredita que o guineense comum e a comunidade internacional venham a tolerar outro golpe ou contragolpe. Aliás, a reação enérgica demonstrada face a este último golpe denota que todos estão cansados dos sucessivos recuos da Guiné-Bissau, o que, no limite, pode indicar, perante o cansaço a nível interno e externo, que chegamos praticamente ao fim da linha que nos poderá conduzir ao abismo, em caso de persistência, ou à salvação nacional, se houver inversão na tendência.

No caso de se precipitar para o abismo, não restaria outro desenlace senão o recurso à administração do país pelas Nações Unidas durante um período de tempo razoável à concretização das reformas estruturais indispensáveis, antes da organização de qualquer processo eleitoral. Ao acontecer, a organização internacional deverá sempre colocar no lugar de administrador ou de alto representante/comissário (não importa a designação), um dos muitos quadros guineenses que ocupam posições de destaque nessa organização internacional e uma força militarizada para proteger as instituições e o país das investidas do crime organizado e do narcotráfico.

Aliás, não entendemos por que razão, diante de duradoura instabilidade, a comunidade internacional nunca ponderou o envio de uma força de estabilização. Não é de uma força qualquer, tipo ECOMOG (força da comunidade econômica do Estado da África ocidental), mas das Nações Unidas. Vale a pena recordar que foi no “nariz” das forças da ECOMOG que uma Junta Militar assaltou os contentores de armamento que, depois, utilizou na ofensiva final que derrubou Nino Vieira em 1999, numa altura em que vigorava um cessar fogo.

Não foi só neste aspecto particular que a comunidade internacional se tem desleixado diante da década de padecimento dos povos da Guiné-Bissau. Por exemplo, no caso dos muitos assassinatos que têm ocorrido, a comunidade internacional foi instada por um setor político e da sociedade civil guineense a criar uma comissão internacional de inquérito para investigar as mortes, mas a reação nunca foi vigorosa. As Nações Unidas chegaram a delegar na organização continental UA (União Africana), e regional CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental) a investigação dos assassinatos, mas, até à data, nada de concreto foi feito neste sentido. É a tomada de posição clara e inequívoca que serve os interesses da Guiné-Bissau, e até da comunidade internacional, e não o silêncio e o isolamento.

É também incompreensível a atitude de passividade adotada pelas instituições políticas nacionais nessa matéria. Não deve constituir vergonha para ninguém o reconhecimento do nosso fracasso e incapacidade para solucionar este problema interno grave sem o apoio das Nações Unidas e de outras instituições internacionais (SOUSA, 2012, p. 27).

Com a ocorrência do golpe de Estado, de 12 de Abril, não faltaram as reações; um grupo de sociedade civil, ONGs, reuniram-se no dia 09 de Maio do mesmo ano, e chegaram a concluir as insatisfações, com golpe, através de um documento intitulado: “Manifesto de ONGs Guineense, sobre o impacto do Golpe de Estado de 12 de Abril junto às comunidades”. O objetivo foi avaliar a situação das comunidades mais vulneráveis envolvidas já há cerca de um mês depois do Golpe de Estado ocorrido e atendendo as dificuldades constatadas no estabelecimento de soluções duráveis entre os diferentes atores nacionais e da Comunidade Internacional abrangidos, que conduzam à retomada efetiva da legalidade constitucional e restauração de um clima de paz, segurança

e respeito dos direitos cívicos e políticos dos cidadãos. As Organizações Não Governamentais, ONGs, consideraram o seguinte:

1) O não funcionamento do aparelho do Estado e das instituições públicas em particular, o não pagamento dos salários aos servidores do Estado, os entraves colocados à campanha da castanha de caju, principal fonte de receita do país e da maioria dos camponeses, a suspensão de projetos importantes apoiados pelas instituições internacionais do desenvolvimento (BM, FMI, BAD), Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Banco Africano Para o Desenvolvimento, respectivamente, e a paragem, quase que completa, da vida econômica está a provocar uma situação de aumento acentuado dos níveis de pobreza e vulnerabilidade das populações do mundo rural e dos bairros da capital;

2) A ocorrência do golpe de estado no início da campanha do caju e nas vésperas da preparação do ano agrícola compromete gravemente a segurança alimentar, a situação sanitária e a economia das populações no mundo rural, agravadas pela fuga das populações da capital para o interior, que se traduz pela diminuição dos bens alimentares, já escassos nesta época, no interior do país, pelo aumento da pressão sobre os recursos naturais e as reservas de água nos poços e ainda pelo risco de propagação de epidemias (cólera) já existentes nos países vizinhos;

3) A subida exponencial dos preços dos produtos de primeira necessidade devido à paralisia nos circuitos econômicos, aos obstáculos na circulação e no abastecimento destes bens, a escassez do dinheiro no mercado e a conseqüente tendência para a especulação própria deste tipo de situação, vêm-se traduzindo num aumento insuportável das privações das famílias mais vulneráveis e no crescimento da revolta e da contestação da camada juvenil, ainda pouco visível pela interdição de manifestações, o que pressupõe a existência de sementes de violência de impactos devastadores;

4) A ausência do poder de Estado em todo o país, conseqüente ao Golpe de Estado, está a favorecer a pilhagem crescente dos nossos recursos pela maior permeabilidade das fronteiras, pela paragem da fiscalização das nossas águas territoriais, e está, sobretudo, a contribuir para a intensificação de negócios ilícitos como o narcotráfico;

5) As razões invocadas para mais este golpe de Estado acabaram por se revelar sem fundamento, pois nenhuma prova credível foi tornada pública, constatando-se que os que estão direta e indiretamente envolvidos no Golpe de Estado são os principais interlocutores negociais, sendo excluídos do processo as personalidades e instâncias

legitimadas pela Lei e pelas urnas em expressão da única vontade que deveria contar e ser sagrada para todos: a vontade popular.

O golpe de Estado de 12 de Abril de 2012 é uma ação militar levada a cabo por militares guineense que atacaram a residência do então primeiro ministro e candidato presidencial, Carlos Gomes Junior, presidente do PAIGC, e ocuparam vários pontos estratégicos do país alegando defender as forças armadas de uma alegada agressão dos militares angolanas, que segundo o autodenominado comando militar teria sido autorizado pelos chefes do Estado (SOUSA, 2012, p. 20).

Dentro e fora da Guiné-Bissau, a questão do envio de uma força de estabilização foi, por diversas vezes, ponderado. O Governo derrubado em Abril de 2012 chegou, inclusive, a admitir tal possibilidade, tendo levado o assunto, em Agosto de 2010, à consideração do conselho de Ministros, embora o subordinasse a um eventual acordo alargado no quadro dos órgãos de soberania, à sua constitucionalidade e a um mandato inequívoco por parte das Nações Unidas.

Também, em agosto de 2010, o assunto teria sido analisado ainda numa reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional, o qual teria reconhecido, na ocasião, que a decisão para vinda de uma força de estabilização com aval de organismo como CEDEAO, UA e a CPLP (Comunidade dos Países da Língua Portuguesa), já tinha sido previamente tomada. Como já se disse, nos debates que se tem produzido nos últimos tempos, atribuiu-se às Forças Armadas, ao estado da justiça e ao narcotráfico a responsabilidade pela situação caótica do país. Fala-se, nomeadamente, da necessidade de refundação do Estado guineense. Mas, na verdade, a tendência é para a maioria esmagadora culpabilizar, por inteiro, a sociedade castrense pelos inúmeros fracassos acumulados na Guiné-Bissau (SOUSA, 2012, p. 25-26).

Hoje, em virtude das profundas alterações que se produziram na estrutura social da Guiné-Bissau, desde que acedeu à independência, há pessoas muito mal preparadas a mandarem. E aquelas que, na verdade, estão em melhores condições para o fazerem foram completamente arredadas. Por isso, o Estado e a sua administração estão na situação em que se encontram, o que tem criado um clima de descrédito não só por parte das nossas populações, mas, também, das instituições estrangeiras, relativamente às capacidades de um setor importante da classe política e de alguns partidos em resolver os problemas do país.

Apesar deste evidente descrédito, se houver vontade política e determinação de todos os guineenses, estaremos ainda a tempo de arrepiar o caminho e de inaugurar uma nova página, anulando, assim, a necessidade de uma intervenção exterior.

O desgaste interno e externo causado por sucessivas crises político-militar não nos deixa outro caminho nem outra saída se não fizermos uma urgente inversão da tendência. Para isso, é necessário por termo a tanto ódio, tanto desejo de vingança que caracteriza o nosso *mundus vivendi* e que num passado recente produziu resultados catastróficos. Mas tentemos diagnosticar, sincrônica e diacronicamente, os problemas e os desafios que a construção do Estado pós-colonial na Guiné-Bissau teve de enfrentar (SOUSA, 2012, p. 27).

Na tentativa de implantar a estrutura do novo Estado e os necessários mecanismos do poder, as novas autoridades não tardaram muito a entrar em confronto político ideológico com os apodados de “inimigos internos e da revolução”, de traidores à pátria, entre o quais pontificavam os ex-comandos africanos, os chefes tradicionais (Reculos), membros de antigos movimentos nacionais como FLING (Frente da Libertação Nacional da Guiné), e todos quantos, de forma organizada ou individualmente, se opunham ao novo regime.

Os choques entre as ideologias que se vinham forjando nas áreas libertadas pelo PAIGC e que agora se queriam transferir para os centros urbanos e a ideologia predominantemente urbana, ainda não totalmente desgarrados da influência colonial, foram por demais evidentes. O Estado tornou-se praticamente esquizofrênico, pois via inimigos em toda a parte. Tinha-se, entretanto, num ambiente de euforia generalizada, típico de período pós-revolucionários que, muitas vezes, não se olha os meios para atingir determinados fins, em nome da revolução.

Estes choques, como é do conhecimento geral, acabaram em fuzilamentos nas matas de Mansabá, Cumere e Portogole. Estima-se que mais de meio milhar de compatriotas pereceu nas mãos da polícia política do regime e dos militares entre 1974 e 1980. Aqueles que coseguiram escapar procuraram refúgios no vizinho Senegal e/ou em Portugal. É indubitável que a atitude extrema de fuzilamento de opositores ao novo regime, mesmo daqueles que nunca cometeram nenhum delito, apenas poderia abrir feridas e criar dissensões tanto no seio da sociedade civil como da castrense. De resto, o tempo se encarregaria de o demonstrar (Sousa, 2012, p. 29-30).

Não foi só neste aspeto particular que o Estado socializante que inaugurou a I República (1974-80) falhou. No domínio económico, apesar das nacionalizações efetuadas, o novo poder também falhou na sua tentativa de conversão da agricultura e na instalação de unidades industriais ligadas ao setor primário.

Por detrás do falhanço podemos assinalar, em primeiro lugar, os parcos e insuficientes incentivos à agricultura, cujos resultados imediatos (a existirem esses incentivos) poderiam ter contribuído para a fixação dos camponeses às suas terras, numa altura em que eram indispensáveis a uma economia em fase de transição.

Em segundo lugar, a escassez da chuva, que vem muitas vezes com abatimento das árvores sem nenhum cuidado, os consequentes maus anos agrícola e a adoção de uma política em tudo semelhante a anteriormente praticada pelo colonizador (baixo preço dos produtos e a desvalorização da moeda) também vieram contribuir para o falhanço das políticas agrícolas encetadas durante a I República.

Em terceiro lugar, e ligado ao segundo aspecto, o elevado custo da monopolização das importações e exportações por parte do Estado, na tentativa de tirar dividendos, cujas consequências conduziram a pronta reação dos camponeses, que começaram a comercializar os produtos que muita falta fazia à nascente industrial nacional nos países vizinhos; e a abandonarem, pura e simplesmente, os campos e a fixarem-se nos grandes centros urbanos.

A opção pelo abandono dos campos teria reflexos imediatos na célula da estrutura produtiva nacional, que é a família e a *tabanca* (aldeia), as mais importantes unidades de produção, e também na queda acentuada da produção agrícola entre 1979 e 1980. Em quarto e último lugar, está também a questão da mentalidade. A maioria dos nossos camponeses, arreigados ainda de modo profundo a uma economia de subsistência, estava ainda longe de poder corresponder à demanda e expansão de um mercado consumidor em franco crescimento, bem como às solicitações das autoridades na sua ambição de dotarem o país de unidades industriais ligadas ao setor primário.

Neste sentido, segundo Sousa (2012), o falhanço das prometidas reformas acabaria por arrastar com ele o processo de industrialização que se estava a iniciar. Assim aconteceu com o complexo Agro-Industrial de Cumeré, com a fábrica de compotas de Bolama e com muitas pequenas e médias unidades industriais. Apesar de tudo, justiça

seja feita à nossa I República. Não obstante a conjuntura desfavorável, é inegável que havia uma visão estratégica de desenvolvimento, apenas comparável em termos de dinamismo na área da construção civil, pesca, agricultura e comércio aos governos de Carlos Gomes Junior.

Nos planos do desenvolvimento, afirma Sousa (2012), que muito dos projetos não avançaram durante a administração Luís Cabral por incúrias, por falta de profissionalismo e de patriotismo de alguns funcionários estatais e de dirigentes políticos nacionais. Ainda hoje passamos um atestado de incompetência a nós mesmos por sermos incapazes de criar e de manter uma fábrica de transformação de bauxite em alumínio destinado à exportação, como o pretendia Luís Cabral, preferindo alienar a exploração a outros países e a empresas estrangeiras, sem um estudo sério do impacto do meio ambiental.

Nos anos 1975 e 1980, o regime da I República fez, de fato, um esforço gigantesco para munir o país de pequenas e médias unidades industriais, quais sejam: fábrica para Bombi, Nhaie, Leite Blufó, complexo industrial de Bolama, semapesca, fábrica de produção de oxigênio e acetileno de Bissau, Fábrica Titina Silá, de sumos e compotas, empresa nacional de criação de Aves –EMAVI, em Llonde, Estrela do mar, Dicol, Socotram e o complexo Agro-Industrial do Cumeré, empresas de transportes públicos (Silodiata) e marítimo (Guiné Mar), entre muitos outros projetos concretizados ou que ficaram por concretizar.

O grande objeto em mente era evitar que o Estado se transformasse numa grande empresa empregadora em que acabou, de fato, por se transformar no decurso dos anos e, por conseguinte, em fonte de todos os conflitos e de lutas pelo poder. A ideia da criação do complexo Agro-Industrial do Cumeré (recordo, 30 por cento do capital já tinha sido adquirido pelo Banco Islâmico) era, justamente, o de transformar no próprio país a matéria prima e de produzir óleo bruto e refinado para abastecimento dos países vizinhos e para consumo interno, respectivamente. É curioso que ainda hoje esta ideia continue válida e permitiria, para além da criação de postos de trabalho, a redução da dependência externa e dos gastos com a importação dos mesmos produtos no mercado internacional. A mesma visão estratégica esteve por detrás da criação de outras pequenas unidades industriais em Bolama, como a fábrica “*Hanura*”, na tradução literária “ela é linda”, na língua mancanha (os Brames, na denominação portuguesa), destinada a produzir sumos e compotas. Além do mais, a administração Luís Cabral entendeu, desde muito cedo, que

o processo de industrialização não vingaria, caso não houvesse preocupação com a eletricidade dos principais centros urbanos (Xime, Bafatá, Contuboeil, Gabu, Banbadinca, Bolama e Bissau) (SOUSA, 2012, p. 32).

No que diz respeito a conquistas e ganhos do regime do Luís Cabral foram, sem dúvida, a criação de hospitais de setor com pessoal qualificado, de farmácia de *tabanca*, aldeia, e postos sanitários. Infelizmente, perdeu-se este esforço. Esta visão estratégica em matéria de desenvolvimento também era visível através de uma aposta clara no ensino, tendo em vista a redução da elevada taxa de analfabetismo que afetava o país, e com ela permitir a formação de quadros para os diferentes setores da vida nacional.

Os grandes esforços feitos no domínio da educação, mormente na formação de alunos e de professores, na alfabetização de adultos no seio da sociedade civil e nas Forças Armadas e a construção de novos edifícios escolares abriram caminhos à desejada massificação do ensino, mas estiveram aquém de atingir os resultados desejados.

Ainda assim, afirma Sousa (2012), é de lamentar que todo o esforço despendido neste domínio não tivesse sido devidamente acompanhado pelos correspondentes ajustamentos e reformas nos programas curriculares, por uma nova lei de Bases do Sistema Educativo e pela melhoria substancial das condições de vida dos intervenientes (país, professores, alunos e funcionários), o que poderia ter contribuído para a elevação da qualidade do ensino ministrado nas nossas escolas.

O Estado, que deveria funcionar como instrumento de satisfação do bem-estar e de proteção dessa maioria sociológica, transformou-se numa entidade ao serviço de uma minoria, num quadro em que, como já se disse, a mobilidade social só se processava no interior da máquina política partidária que corporizava e/ou controlava o partido/Estado.

Os avanços e os planos importantes em vários setores iniciados na I República foram postos em causa, ridicularizados e mesmo abandonados pelas novas autoridades de uma forma incompreensível. Referimo-nos, entre muitos outros, aos seguintes projetos: a produção de mel e cera em Gabú; a cerâmica de Bafatá; fábrica de artigos de plástico; fábrica de curtumes; fábrica de fundição e oficinas metalo-mecânica; uma unidade de transformação de castanha de caju; fábrica de farinha e óleo de palma de Cacheu e Bijagós; centrais elétricas em Portogole, Gabú, Bissorã, Farim e Cacheu; fábrica de produção de cal dos Bijagós; a criação de uma companhia estatal de seguros e de uma

empresa de petrominas; o repovoamento florestal que ainda hoje deveria ser uma prioridade da Guiné-Bissau, de modo a ultrapassar as iniciativas como as da fundação da companhia de telecomunicação MTN, as quais, embora sendo louváveis, deveriam ser abraçadas pelo próprio Estado, em relação aos inúmeros projetos que o novo regime elaborou, mas nunca foi capaz de executá-los. Sempre que havia financiamento, o dinheiro simplesmente se evaporava num mar de corrupção (SOUSA, 2012, p. 36-39).

O estado pós- colonial tem sido caracterizado por uma crise e declínio: isto é, por um deterioro político, institucional, econômico e mesmo identitário. Por longos anos, em vistas desses desafios, muitos informantes guineenses, especialmente os mais pobres, expressaram seu descontentamento com o Estado e suas ações, ao mesmo tempo em que nostalgicamente relembram tempos melhores no passado. Em particular, aqueles guineenses excluídos das redes de poder com capacidade de fornecer empregos, benefícios e outras oportunidades de renda têm um motivo para lamentar a grande corrupção que levou ao declínio da Guiné-Bissau, qual seja, lidar com difícil situação econômica (SEMEDO, 2005, p. 55). A falta de boa vontade e de desenhos institucionais e/ou políticas públicas bem claras é um dos fatores que contribuíram na debilidade e/ou fraquesa do Estado Guineense.

2. A FLORESTA NA GUINÉ-BISSAU

Neste capítulo pretendemos falar da história da floresta na Guiné-Bissau. No que diz respeito à questão da floresta, o país dispõe de 2 milhões de hectares de floresta, seja um pouco mais de 55% do território nacional. Este grande potencial ecológico é rico e diversificado com florestas úmidas, florestas secas, florestas galerias, savanas, palmeiras e mangal (Guiné-Bissau, secretaria de Estado Do ambiente, 2014, p. 5).

A exploração dos recursos naturais, e graças à biodiversidade, é que a música vem chamando atenção da sua preservação; constitui a base da economia da Guiné-Bissau. Dos recursos florestais é que se sustentam, basicamente, a energia utilizada na Guiné-Bissau, os materiais de construção e os medicamentos. Da exploração dos recursos da fauna terrestre e da pesca, é garantido, essencialmente, o consumo de proteínas das populações da Guiné-Bissau. Aliás, a economia da Guiné-Bissau, muito depende das exportações de produtos oriundos da agricultura e florestas, como o caju e a madeira, e dos produtos da pesca. Igualmente importante e com um potencial de desenvolvimento considerável, está o setor do turismo com base no ecoturismo e nas atividades cinegéticas e da pesca desportiva.

A problemática da conservação da biodiversidade, se bem que recente, preocupa há muito tempo as sociedades tradicionais, uma vez que a economia destas, na Guiné-Bissau, repousa em grande medida na exploração dos recursos naturais nomeadamente da biodiversidade. Pelo que, com as mudanças climáticas, os impactos da colonização e da guerra, muito cedo estas sociedades sentiram a ameaça que sobre elas pende, com o desaparecimento de alguns destes recursos (solo, florestas, água, fauna, etc.), dos quais dependem a sobrevivência e a reprodução material destas sociedades (Ministério de Desenvolvimento Rural e Agrícola, 2014, p. 4).

No que diz respeito à devastação da floresta, podemos dizer que o período colonial foi caracterizado por uma exploração desenfreada de alguns recursos naturais e, sobretudo, dos recursos da biodiversidade. É assim que nesse período, com a monocultura da manca, os solos de Bolama e Quinara foram completamente degradados, enquanto que se assistia a uma exploração desenfreada dos recursos florestais, fato que é marcado

não só pela existência de inúmeras serrações que datam desse período, como também pelo desaparecimento das florestas primárias que caracterizaram as paisagens guineenses. A título de exemplo, a ilha de Bolama, sul do país, onde se localizava a antiga capital da então Guiné-Portuguesa, era caracterizada na viragem do século pelas suas florestas e pela presença de animais tais como o elefante, que hoje é considerado uma espécie quase extinta na Guiné-Bissau; isso para não falar das outras regiões.

A guerra de libertação, se bem que tenha entravado a exploração de alguns recursos, contribuiu para a degradação e fuga de outros. É de salientar o efeito do napalm e de bombas sobre as florestas, com o objetivo de desabrigar os guerrilheiros e descobrir os seus acampamentos, enquanto que os combates e a intensa movimentação de tropas e armamentos respectivos no cenário da guerra, não só originou a fuga de determinadas espécies de fauna terrestre, como igualmente, tornou inapropriado o uso dos *habitats* respectivos. Algumas áreas tornaram-se completamente estéreis devido ao efeito das bombas, enquanto que outras se tornaram completamente inacessíveis e, em consequência, protegidas da ação antrópica (Ministério de Desenvolvimento Rural e Agrícola, 2014, p. 8).

Com a independência, a sensibilidade sobre as questões ambientais não se alterou de forma substancial, apesar das secas do fim da década de setenta. Nesse período se inicia a recuperação das infraestruturas básicas e se promove a criação de algumas indústrias básicas, sem que, no entanto, se considerem as preocupações ambientais. Na agricultura as preocupações centraram-se no início, na recuperação de bolanhas, terrenos pantanosos, salgadas para a orizicultura alagada como base da política de autossuficiência alimentar, ação para a qual foram mobilizados financiamentos externos consideráveis, sem que, no entanto, se tenha atingido os objetivos programados.

Ao contrário, as importações de arroz que eram inexistentes na Guiné-Bissau, hoje atingem um número muito elevado tonelada/ano. Posteriormente, a monocultura do caju foi promovida e incentivada como primeiro produto de exportação agrícola, e atinge produção anual de 220 toneladas, sendo que 60 ou 70 mil são escoados clandestinamente para o *Senegal*, e o remanescente vendido oficialmente para Índia, segundo o presidente da agência nacional de caju, ANCA, Henrique Mendes, na sua declaração à Agência Lusa. O fenómeno demográfico destes últimos anos tem provocado, igualmente, uma pressão considerável sobre os recursos naturais em geral e essencialmente aos recursos da diversidade biológica, sobre as quais assentam o consumo e a base alimentar da

população da Guiné-Bissau (Ministério de Desenvolvimento Rural e Agrícola, 2014, p. 8).

O guineense tem uma ligação muito próxima com a floresta, que serve não só como um espaço que vai garantir a sobrevivência através dos alimentos, medicamentos tradicionais e demais, mas também com um espaço que vai servir como elo de ligação com os ancestrais e os seus antepassados.

Pensamos que para colmatar a situação da escassez do conhecimento, no que diz respeito ao cuidado do meio ambiente, especificamente a floresta, que vai nos garantir uma vida sã e saudável e, inclusive às gerações futuras, segundo Correia (2014), é muito importante uma política, das várias que podem existir, voltada ao conhecimento e à educação de cariz ambiental e florestal dos nossos jovens e suas famílias ao longo de todo o percurso escolar; é condição necessária para ser formatada uma relação saudável e profícua com o meio ambiente no qual nos integramos. A inserção de matérias ambientais, incluindo as florestas nos currículos escolares, com caráter regular, ano após ano, como acontece já com a educação ambiental à semelhança das Escolas de Verificação Ambiental (EVA's), é uma aspiração antiga que deve ser partilhada por todos. Temos, pois, a certeza de que, a prazo, as florestas voltarão a povoar o imaginário dos guineenses contribuindo para, num esforço conjunto e persistente, a valorização dos ecossistemas dos quais fazemos parte e de que muito temos e podemos tirar proveitos importantes e de forma sustentável.

Conforme Correia (2014), as florestas constituem um dos ecossistemas mais valiosos do mundo. Contêm mais de sessenta por cento (60%) da biodiversidade do planeta que, além do seu valor intrínseco, possuem outros múltiplos valores sociais e económicos, desde as importantes funções ecológicas, proteção do solo e das bacias hidrográficas, regulação do ciclo de água, até o valor económico pecuniário e não pecuniário dos numerosos produtos que se podem extrair da floresta. As florestas e as atividades que lhes estão associadas têm um elevado potencial na melhoria das condições de vida das populações rurais africanas, em especial, na gestão e impulsão do desenvolvimento económico, graças às fortes relações intersectoriais que as caracterizam. Para muitos povos que dela dependem, a floresta constitui o seu sustento, abastecendo-os de plantas comestíveis e medicinais, de carne de animais silvestres, frutas, mel, refúgio, lenha e de vários outros produtos, em torno do qual, erigem os seus valores culturais e espirituais.

Os constrangimentos políticos, a grande instabilidade institucional, mudanças constantes da estrutura diretiva da Direcção Geral das Florestas e Fauna (DGFF) e, por consequência, de toda a estrutura diretiva do setor florestal nacional, constituem o principal estrangulamento do desenvolvimento desse setor na Guiné-Bissau.

Pode-se acrescentar aos fatos acima mencionados, a ausência total de investimentos no setor, a fuga dos quadros especializados e mais experimentados, já de si exíguos, das estruturas da DGFF.

As pressões que se exercem sobre as florestas, na Guiné, são enormes e de múltiplas causas. Em muitos países menos desenvolvidos como é o nosso, as florestas têm sido utilizadas, primeiramente para a subsistência das necessidades das populações e também para satisfazer as diferentes procuras internas, quase sempre limitadas a produtos de baixo valor acrescentado, mas de elevado valor social, como é o caso da lenha, enquanto fonte de energia doméstica na Guiné-Bissau.

Parece não haver dúvidas de que, com o crescimento exponencial da população, conseqüentemente das suas necessidades, bem como da imperatividade de garantir o crescimento económico, há uma necessidade crescente e imperiosa para encontrar novos sistemas de gestão dos recursos naturais e de modelos, de quadros e mecanismos institucionais que assegurem à essa gestão o acesso e a repartição dos benefícios resultantes das florestas. Contrariamente, vem-se verificando uma desvalorização quantitativa e qualitativa do património florestal nacional com o desaparecimento das formações densas em benefício das florestas degradadas e de savanas, ou seja, uma savanização muito preocupante. Além do mais, as produções florestais, com exceção da lenha e do carvão, vêm aumentando consideravelmente.

Verifica-se, de algum tempo a esta parte e com tendências para aumentar, cortes clandestinos e descontrolados de árvores, aproveitando a grande fragilidade institucional do estado e do setor. As atribuições de licenças de corte desproporcionais às existências, pois, continua-se a fundamentar em dados do inventário mais do que desatualizado.

Verifica-se, também, uma exploração seletiva de espécies florestais centradas em apenas quatro (4) espécies florestais, Pau sangue (*Pterocarpus erinaceus*), Pau conta (*Azelia africana*) Bissilon (*Khaya senegalensis*) para madeira industrial e Cibe (*Borassus aethiopium*) para construção habitacional.

A manterem-se as tendências e a manutenção dos modelos atuais de intervenção nas florestas, é possível que, daqui a alguns anos, se verifique que a floresta na Guiné-

Bissau, apenas jogou um papel significativo no desenvolvimento econômico de um número muito restrito de pessoas.

Continuando com a mesma situação, as perspectivas para o setor florestal na Guiné-Bissau, são muito sombrias à semelhança dos outros setores. Entretanto, e tendo em conta o fato de que no setor florestal se trabalha geralmente numa perspectiva de médio e longo prazo, pensamos que deve-se começar já com as ações abaixo elencados. Mas, para o sucesso dessas ações, é fundamental, entre muitas coisas, a estabilidade institucional, pois, são necessárias mudanças muito profundas na gestão do setor florestal do Estado, o contrário da perspectiva imediatista que vem vigorando nesse setor. O desenvolvimento do setor florestal guineense é incompatível com ações de ciclos de 9 meses, que é quanto dura uma campanha florestal, atualmente. Na floresta tem-se uma perspectiva de sustentabilidade, trabalha-se para a geração atual, mas tem-se sempre em mente as gerações vindouras (CORREIA, 2014, p.12).

Elencamos a seguir algumas questões que pensamos pertinentes para o relançamento do setor florestal guineense, conforme a lei florestal de 2011, no seu 27º artigo:

- 1) A falta dos meios financeiros e com a falta de políticas bem consistentes, originou nos constrangimentos de várias ordens do setor florestal;
 - 1.1) Definir e implementar um Plano de Gestão Racional numa perspectiva de médio e longo prazo.

- 2) Urge conhecer o potencial florestal atual, pois, constitui uma condição indispensável para planificação, as informações disponíveis são de 1985, com atualizações pontuais em 1992. Urge realizar um Inventário Florestal;
 - 2.1) Promoção de projetos participativos no domínio florestal que dependem grandemente das estratégias de exploração praticadas pelas populações. (cultura itinerante, exploração de madeiras, lenha, carvão, pastagem, frutos silvestres, produtos florestais não lenhosos, etc.);
 - 2.2) Cibe: (árvore) - Fundamental ordenar os povoamentos de Cibes e estabelecer uma cota máxima anual de exploração de madeira de cibe.

- 3) Fileira da Madeira - Estabelecer claramente o circuito da madeira da floresta ao consumidor.

- 4) Concessões Florestais – É imperiosa a delimitação muito clara das Concessões Florestais e a atualização e pagamento rigoroso da Taxa de Superfície. As concessões florestais, neste momento, estão quase toda a funcionar em regime de subaluguer, ou seja, os atuais exploradores das concessões, não são os que têm contrato com a DGFF, logo, urge regularizar esta situação.
- 5) Instituir a obrigatoriedade de aproveitamento da árvore toda, e remover as ramadas da floresta. Chega-se a deixar mais de 60 % da árvore na floresta. Beneficiar as populações com as ramadas.
- 6) Florestas Comunitárias - A participação das comunidades rurais na gestão e no ordenamento florestal, fundamentais para a salvaguarda das nossas florestas.
- 7) Fileira de Lenha e Carvão - No Recenseamento Geral das Populações e Habitação 2010 (INEC, 2010), 96% da população utilizam lenha e carvão como a principal fonte da energia doméstica, isso nos centros urbanos porque, nas zonas rurais, essa percentagem sobe para 100%. Urge implementar a Organização de Fileira de lenha e carvão vegetal para disciplinar este importante e estratégico setor da nossa sociedade e economia que permitirá proteção e conservação do nosso património florestal a ser delapidado pela produção de lenha e carvão. Elaborar e implementar um Plano de Ação Nacional de Energias Domésticas.
- 8) Formação - É fundamental a formação, a todos os níveis no setor florestal, de técnicos superiores, médios, profissionais, guardas florestais. Pensar na possibilidade de formação localmente, na eventualidade de poder abranger um maior número de técnicos.
- 9) Fogo florestal - Campanha de prevenção e combate ao Fogo Florestal pelo prejuízo que vem causando às nossas florestas. Implementar a técnica de fogo precoce (CORREIA, 2014, p.15). Entendemos que muito ficou por dizer sobre a realidade e perspectivas do setor florestal na Guiné-Bissau, mas o essencial ficou expresso.

A floresta para os africanos, como já dissemos anteriormente, não é só um local que vai servir para habitar, para produzir os alimentos e extrair dela os medicamentos tradicionais, mas sim um local que vai servir como elo de ligação com os ancestrais, os antepassados, que é uma coisa muito importante para um ser africano.

Com isso, se analisamos profundamente, o cuidado da floresta para a sociedade tradicional africana, subsaariana, não é de hoje; este cuidado vem de muito tempo devido à importância dela para com os homens, e pode-se dizer que o cuidado da floresta para os ocidentais pode ser até uma coisa nova, que entendemos ter surgido devido às variações climáticas que ameaça a vida humana na terra.

Falando sobre a situação da Floresta na Guiné-Bissau, o patrimônio florestal apresenta constrangimentos ligados a mudanças climáticas e prática culturais ou ainda ligadas à agricultura extensiva, queimadas, produção de carvão; portanto, estas ações têm originado diminuições florestais na ordem de 625 000 m³/ano.

Figura 2: Floresta queimada para fins agrícolas



Como vimos, a imagem apresentada acima, denota a devastação da floresta por causa de falta de políticas direcionadas a sua proteção. A maioria da população (85 a 95%) utiliza a lenha e o carvão para a cozinha e outras necessidades energéticas devido à fraca produção da energia elétrica e quase inexistência do uso do gás butano (*CAH10*) nos centros urbanos e nas zonas rurais, cujo preço é relativamente superior em comparação ao praticado nos mercados sub-regionais. Para se ter uma ideia das pressões que exercem estas necessidades sobre os recursos florestais, os estudos revelam que o consumo

energético por pessoa é de 1,7 kg/dia de lenha, gerando um fluxo de mais de 1,2 milhões de metros cúbicos, o que corresponde a mais de 80% da produção florestal (Ministério dos Recursos Naturais da Energia, 2014, p. 2-3).

Figura 3: Serração da Madeira



Com o aumento, então, do consumo nas cidades de Bissau, Bafata e Gabu, regista-se uma nova forma de exploração florestal baseada no sistema mercantil que tem atraído muitos lenhadores e carvoeiros, e claro, com consequências bastante nefastas para as florestas do país.

A situação começou a ser alarmante para as autoridades nacionais e, apesar de ainda rica em recursos florestais (mais de 55% da superfície total), a Guiné-Bissau está ameaçada pela desertificação que a música “Esta terra é nossa” vem falando todo o tempo, uma tendência que aumenta progressivamente sobre o seu patrimônio florestal como consequência não apenas das mudanças climáticas mas, sobretudo, devido a uma exploração desenfreada dos recursos para satisfazer o consumo interno em energia doméstica face a esta situação, e porque, também, o Estado guineense quer resolver esse problema salvaguardando o patrimônio florestal para se evitar as graves consequências ecológicas, sociais e econômicas; assim, tem tomado muitas medidas, quando a situação já se alastrou, entre as quais citamos a adoção de três importantes documentos, designadamente: a Carta da Política de Desenvolvimento de Energias Domésticas, o Plano Nacional das Energias Domésticas e a Estratégia da Energia Doméstica Da Guiné-Bissau como instrumentos da política nacional para o desenvolvimento do setor.

Figura 4: Floresta queimada para fins lenhosos



A Carta Política de Desenvolvimento de Energia Doméstica aparece como uma das medidas adotadas pelas autoridades da Guiné-Bissau, contribuindo para mobilizar a participação das coletividades locais e do setor privado na proteção do meio ambiente. A situação atual é particularmente preocupante nas zonas ecológicas do leste e do norte do país como as mais devastadas e em permanente degradação florestal, o que a médio e longo prazo comprometem os objetivos de desenvolvimento socioeconômico. A população rural está bastante agarrada aos recursos e apesar de tudo está disposta a protegê-la se tiver meios adequados e um quadro jurídico favorável, o que já será um triunfo importante. Outro triunfo é que o país possui, de potencialidades energéticas, resíduos florestais e agrícolas para as energias renováveis. A sua exploração racional permitirá ao país resolver, em grande parte, a crise energética que tem hipotecada gravemente os esforços de desenvolvimento (Ministério dos Recursos Naturais da Energia, 2014, p .4).

Assim, a política de energias domésticas, com base na vontade política e engajamentos das autoridades administrativas ficará, doravante, para a luta contra a pobreza e a satisfação econômica e ambiental que assenta em três domínios seguintes: no domínio *social*, que consiste no acesso a outras formas de energia moderna, como a eletrificação das zonas rurais, o que, no domínio, ajudaria também a combater a pobreza resolvendo o problema do emprego e aumentaria as riquezas dos camponeses; no domínio *econômico*, o documento propõe-se a racionalizar as condições de produção e do abastecimento da energia para melhorar as condições de vida das populações através de atividades geradoras de rendimentos; no domínio ecológico ou ambiental, por razão da fragilidade do ecossistema do País, a preservação do meio ambiente e a luta contra a exploração anárquica e incontrolada de recursos lenhoso estão no centro da estratégia das energias domésticas (Ministério dos Recursos Naturais da Energia, 2014, p.5).

Enfim, pode-se concluir que, sendo a devastação provocada de forma decisiva pela atividade humana e sendo determinante na luta contra a degradação dos recursos florestais, da paisagem e do meio ambiente, o envolvimento alargado e ativo de todos os agentes econômicos e sociais querem, individualmente, que através das suas organizações e associações não deixem de ser a sensibilização da população para a problemática da devastação florestal. Por último, é inquestionável que o grau de sucesso da luta contra os riscos de desertificação depende dos conhecimentos e dos meios existentes, e tornando-se imprescindível garantir uma adequada consideração da problemática da desertificação

na formulação e aplicação das medidas e dos instrumentos de política, quer de natureza setorial, quer de natureza geral (Ministério dos Recursos dos Recursos Naturais da Energia, 2014, p.9).

3. ANÁLISE DA MÚSICA ESTA TERRA É NOSSA

Caminhando para a fase final do nosso trabalho, veremos hoje a realidade, como propomos acima, através da análise da letra da música “Esta terra é nossa” do grupo Real Power, do estilo *Hip-hop, Rap*. Com isso, achamos que é muito pertinente trazer um breve historial do surgimento do estilo *Hip Hop* pelo mundo, e em particular em Guiné-Bissau, e o papel do grupo Real Power no que diz respeito à sociedade guineense.

Iniciando com o surgimento do estilo *Hip-hop* pelo o mundo, durante o período da diáspora escravista, o negro e sua cultura se espalharam pelo o mundo, rearticulando-se com outras modalidades, metamorfoseando-se e sendo transmitida a outras gerações na forma tradicional africana, que se caracteriza pela oralidade (TEODOSIO, 2011, p.15).

O *Rap*: muito mais do que um gênero musical. O *rap* (ritmo e poesia) é um tipo de música eletrônica e também uma das manifestações artísticas do movimento *Hip-hop*. O *Rap* é um canto falado, cuja base é realizada por meio do trabalho cooperativo entre o DJ, responsável pelo (som), e o mestre de cerimônia (MC), que é o *rapper* que compõe e canta as letras.

As letras são geralmente longas e permeadas por expressões locais que exprimem um universo particular (TEODÓSIO, 2011, p.21-22). No contexto guineense, as letras relatam a estrutura da sociedade civil e política guineense explicitando suas contradições.

Segundo Teodósio (2011), o conceito da diáspora reporta-se ao processo de dispersão dos judeus pelo mundo, no entanto, para o caso dos negros provindos da África, constata-se outra configuração, caracterizada pela comercialização dos escravizados e, posteriormente, com a imigração para a Europa.

A diáspora Africana compreende dois momentos principais. O primeiro, gerado pelo comércio de escravizados, ocasionou a dispersão dos povos africanos tanto através do Atlântico quanto através do oceano Índico e do Mar Vermelho, caracterizando um verdadeiro genocídio, a partir do século XV quando, talvez, 10 milhões de negros foram levados por traficantes europeus, principalmente para as Américas. O segundo momento ocorre a partir do século XX, com a imigração, sobretudo para a Europa, em direção às antigas metrópoles coloniais (TEODÓSIO, 2011, p.15).

A partir do conceito de diáspora, entende-se que as práticas culturais dos jovens negros, especificamente o movimento *Hip-hop* que aqui se objetiva estudar e

compreender, são descritas a partir do processo de dispersão dos africanos no Atlântico Negro. Nesse processo, segundo Teodósio (2011), afirma-se que diferentes povos de origem negra foram enviados para diversas regiões, e entre as dificuldades e os preconceitos que vivenciaram estava à língua.

Continuando argumentando o mesmo autor Teodósio (2011), a partir dos anos de 1920 e 1930, observava-se o desenvolvimento econômico por meio da abertura de fábricas, o que proporcionou um crescimento da classe operária. Diante desse novo contexto, muitos jovens migravam do interior do país, com o objetivo de conquistar outras oportunidades de trabalhos na capital, que propusesse mudanças em suas condições de vida. No entanto, esses jovens não possuíam especialização ou conhecimento para a ocupação dos cargos ofertados. Dessa forma, fruto da falta de oportunidades, muitos deles encontraram, na rua, um meio para suprir as frustrações, por não serem aceitos no primeiro emprego.

Foi na rua que muitos desses jovens nomeados como *rude boys* vivenciaram experiências de misérias e violências. Aparentemente, eles eram identificados pela presença de *dreadlocks* (longas tranças realizadas em cabelos crespos), pelas roupas largas, pelo uso de um vocabulário repleto de palavras com tom mais agressivo e gírias.

Diante desse contexto conturbado de miséria e industrialização destaca-se a presença de Marcus Moisan Garvey, historiador jamaicano nascido em 1887, que possuía grande capacidade oratória ao pronunciar um discurso que clamava por direitos iguais e justiça sociais (TEODÓSIO, 2011, p.16).

No final da década de 1960 e no começo dos anos 1970, afirma Teodósio (2011), que Kool Herc, DJ jamaicano, foi morar na cidade de Nova York, Estados Unidos, levando consigo as técnicas musicais desenvolvidas na Jamaica. Ele chegou ao país e foi morar no bairro do Bronx, que era constituído, em sua maioria, por jovens negros e latinos em situação semelhante dos jovens jamaicanos.

Conforme Sousa (2011), o *Hip-hop* vai muito além da expressão inglesa, que podemos traduzir, literalmente, como “balançar o quadril”. É compreendido como um movimento social urbano enraizado no segmento populacional de baixo poder aquisitivo em que a maioria é negra.

Continuando com a perspectiva da Sousa (2011), o universo do *Hip-hop* é marcado pela reflexão e crítica que faz em relação às desigualdades sociais e raciais por meio da poesia, dos gestos, falas, leituras, escritas e imagens que tomam forma pela

expressividade de quatro figuras artísticas: Mestre/mestra de cerimônia, o Mc, o DJ, o dançarino e o grafiteiro/a.

A face mais expressiva do *Hip-hop* está ancorada no Rap, a poesia cantada que, para existir, precisa da junção de dois elementos: O DJ e o MC, o poeta que escreve e canta as letras de *Rap*; já o DJ dá o tom ao discurso que geralmente tematiza as desigualdades sociais, racismo, discriminação e violência (SOUSA, 2011, p.16).

O que é fascinante na cultura *Hip-hop*, segundo Sousa (2011), é a sua capacidade de confluir grande número de jovens em torno das atividades culturais e políticas em que uma série de práticas de uso social da linguagem são mobilizadas em função de suas necessidades.

O movimento Hip-Hop, uma cultura inventada por jovens afro-americanos a partir de influência afro-jamaicano, reinventada nas periferias das grandes metrópoles do planeta e que tem não só garantido aos jovens dessas áreas o resgate da autoestima, a sensação de pertencimento, por seu teor contestatório, como também tem preenchido lacunas deixadas pela educação formal (TEODÓSIO, 2011, p.17)

De acordo com Teodósio (2011), dentre os movimentos de luta pelo reconhecimento das diferenças entre os negros e os brancos, merecem destaque: o movimento Panteras Negras, que possuía como objetivo a criação de um Estado negro que fosse capaz de alterar a relação de força, até então favorável apenas aos brancos; o movimento *Black Power*, com relevante papel para disseminação de uma visão política com base em referências africanas negras que inauguraram o *slogan* “Negro é lindo”, exaltando posturas e atitudes que pudessem levar a novos patamares e modelos de cidadania.

Desse modo, a partir da experiência do Bronx, o *Hip-hop* e o *Rap* se espalharam, já no final dos anos 1970, pelos Estados Unidos e também para países como México, Cuba, Argentina, Alemanha, Espanha, Inglaterra, entre outros. As rápidas circulações de bens culturais foram proporcionadas pela globalização, assim como o acesso às diferentes tecnologias de imagens e som que contribuíram para a dispersão do *Hip-hop* (TEODÓSIO, 2011, p.18).

3.1 O *Hip Hop* E Suas Manifestações Artísticas: Algumas Definições

Sobre as manifestações artísticas do *Hip-hop*, como mostramos acima, é composta pelo mestre de cerimônia, MC, o disc-jóquei, DJ, o dançarino, o grafiteiro. O mestre de

cerimônia, de acordo com Souza (2011), é o autor das letras de *Rap*. Ele se utiliza da voz para relatar o cotidiano da vida na periferia. “no caso da Guiné-Bissau, uma vez que o nosso trabalho está voltado por lá, eu diria que ele se utiliza da voz para relatar o cotidiano da vida na cidade de Bissau e as injustiças cometidos pelo Estado”.

O *DJ* é responsável pela aparelhagem eletrônica, compostas por dois toca-discos e um microfone. Ele também realiza o *beat box*, que é a técnica de produzir sons e batidas com a boca. Utiliza-se de tecnologia para a elaboração do som, e um dos elementos mais importante na composição do *Rap* é permitir àqueles que o produzem unir fragmentos variados, possibilitando a inserção de sons e ruídos que permitem as experiências e as representações sonoras da vida nos centros urbanos.

O *break* é a dança praticada pelos *break-boys* (b-boys) e *break-girls* (b-girls), que se movimentam com “flexibilidade” e “agilidade” a partir do ritmo desenvolvido pelo *DJ*.

O grafite é a arte visual exposta nos muros das grandes cidades, que mescla imagem verbal e não verbal, veiculando as ideias do movimento *Hip-hop*. Os desenhos fazem alusão aos direitos à cidadania, como as letras *Rap*. Nos dias atuais, os grafiteiros, como são chamados, possuem grande visibilidade no cenário artístico urbano, sendo algumas deles convidados a participar de exposições.

Quanto na Guiné-Bissau, o estilo musical ganhou força no início dos anos de 1990, onde foi apresentado o primeiro programa da Rádio Pindjiquiti, *rap pa raperos*, rap para aqueles que identificam-se como rappers, em 1996, visando a promoção deste estilo musical no panorama da música nacional.

Achamos que, no que diz respeito ao surgimento do estilo música *Hip Hop*, *rap*, na Guiné-Bissau, não vai embasar numa linha diferente em relação a vários países que já vimos anteriormente, um meio que serviu para protestar a desigualdade social, o não interesse da minoria, os políticos, para com as maiorias, os povos. Como afirma Barros (2012): A incapacidade de o Estado corresponder às expectativas de desenvolvimento coletivo e bem-estar pessoal da população nos quarenta e um (41) anos de independência, a permanente instabilidade política e conseqüente insegurança pessoal, socioprofissional e empresarial, contribuíram para o surgimento de protagonismos de atores da sociedade civil, em todos os componentes sociais, mas de relativo alcance político. É dentro deste ambiente que o *Rap* tem-se projetado como o instrumento adotado pelos jovens para contestação dos poderes (políticos e militares) e denúncia da situação sociopolítica visando a mobilização cívica dos jovens para um protagonismo de maior visibilidade, superando os níveis de uma certa passividades dos diferentes grupos de pressão,

ganhando forma de expressão local e, dessa forma, fomentando novas identidades locais, com base em autenticidades culturais (Barros, 2012, p.170).

Conforme Barros (2012), desde que chegou a Guiné-Bissau nos finais dos anos 80, o estilo musical *Hip-hop* tem-se mostrado cada vez mais complexo, congregando várias correntes ou tendências em torno dos modos de atribuir sentidos, ver e agir sobre a realidade. Uma dessas vertentes concentra-se em atividades revestidas de caráter contestatório e propositivo que tematizam, do ponto de vista político, as precárias condições de vida de grande parte da população.

Como propomos acima, uma das partes deste nosso trabalho vai incluir a análise da letra da música “Esta terra é nossa”. A música em análise trata de vários aspectos dos recursos naturais que são: peixe, arroz de pilão, amendoim, águas marítimas, óleo de palma, bauxita e a floresta. Há duas dimensões: a formal e de conteúdo. E, achamos que é pertinente no momento, falar da floresta devido a sua situação, que tem provocado debates no seio da sociedade civil e da sociedade política, e o resto fica para pesquisas futuras.

A letra da música: Esta terra é nossa⁴

Esta terra é nossa

Refrão

*Pensa bem irmão, cada amanhecer árvores são derrubadas
Mas não tens a noção de cortar sem semear traz a desertificação
Vamos unir esforços, enquanto estrangeiros dominam a pesca da nossa terra
Coitados os nossos, a terra é explorada, mas o povo é infeliz*

Nascemos deus brindou-nos com a chuva

Deu-nos solo fértil

Nosso mar abunda em peixes raros

Não há dúvida, irmão somos guineenses

Arroz e mariscos, sem estes quem seríamos nós

Do céu à terra a riqueza vive e revive

Orgulho é o prato servido para todos nós

Como se de um troféu se tratasse

Pensa na pesca que nos é roubada pelos interesseiros

Fome ameaça o mundo e deixa-se usar

Como que de isco se fosse

Para reforçar economia da ásia, europa e américa

Para sustentar experiências feitas na ciência

⁴ Essa tradução é nossa; o texto original encontra-se em Anexo I.

*Interesseiros fazem de nós cobaias
Se os pés não forem bem assentes, rasteiras levaremos
Escolhemos a tartaruga porque o que vale é cruzar a meta
Do que o coelho que não nos traz futuro
A nossa biodiversidade dá-nos o que queremos
Unimos e reflectimos para melhor a preservar
Recordemos o Ontem
Pensemos o hoje e o amanhã
A terra é Nossa
Se for para frente todos nós avançaremos*

Refrão

*Guiné-Bissau é nossa
Se não cuidemos dela será a nossa desgraça
Paremos com a exploração porque ela não é de graça
Bubaque e outras partes são vendidas
Outros fazem contratos fictícios com interesseiros (brancos)
Enquanto que a nossa madeira enche os barqueiros
Enriquecendo os estrangeiros
Pescam e pescam que nem recordistas
Sem controlo e com figura de contrabandistas
O melhor é estarmos firmes
Pois oportunistas não são ilusionistas
Já deram o que tinham a dar no canto deles
Agora querem o nosso explorado por eles
Com benefício unilateral
Iludem com projecto formal
Outros aceitam, assinam para encher a bolsa estomacal
Mas a fatura passa e a vida continua
Sem os seus barcos lá chegaremos com a nossa canoa
Temos feijão, mancarra, mandioca e mais
Milho, no mar peixes são demais
Então para tal não tenhamos pressa
Sem condições podemos trazer a fome*

Refrão

*Bauxite de Boé, fosfato de Farim
Todos te pertencem e também a mim
Biodiversidade é o dom dado por Deus
Infelizmente outros a negociam todos os dias
Iludidos no crescimentos da economia
Estão enganados
Terra é explorada para alimentar os filhos
E não sacrificá-los para ser explorada
Condições devem haver
Pra os desalojados
Os despejados*

*Os roubados
Vivos têm de se manter
Sabemos viver o nosso mar
A nossa chuva
Neste mundo não há fartura que não acaba
A Nossa Terra tem de tudo
Dito isto pelo Mundo*

Refrão

(Composição de Kaíno200; Mikail; Dr.mv e chito. Real Poder. 2009)

Essa música, do ponto de vista formal, é composta de um refrão que é retomado três vezes ao seu longo e de três estrofes. Apresentando a seguir o refrão:

Pensa bem irmão, cada amanhecer árvores são derrubadas Mas não tens a noção de cortar sem semear traz a desertificação Vamos unir esforços, enquanto estrangeiros dominam a pesca da nossa terra Coitados os nossos, a terra é explorada mas o povo é infeliz

O primeiro verso do refrão da música, assim como no seu todo, chama atenção de uma coisa que está sendo realizado, mas sem nenhuma precaução para o futuro. O “eu lírico” do refrão, além de implor e/ou suplicar no que diz respeito da cuidado da natureza, que vai permitir uma vida saudavel para todos nós, mostra um ponto de saída para colmatar a situação que é unir os esforços face ao flagelo que, futuramente, obviamente, vai trazer consequências graves para as gerações vindouras.

Quanto à música *Esta terra é nossa*, perguntamos aos integrantes do grupo a razão da sua existência e nos responderam que a questão do meio ambiente é a razão principal:

A razão principal da existência da música “Esta terra é nossa”, é de que tinha um festival organizado por uma ONG, tinguena, que veio no intuito de chamar atenção dos políticos e a população em geral sobre um projeto do governo na altura que vai devastar muito o nosso meio ambiente, floresta, sem nenhuma contrapartida para a população, lembrando que o nome em si, da música, mostra que todos nós pertencemos qualquer que seja a riqueza que nosso meio ambiente nos proporciona. Preparamos a música para o festival, cantamos e saímos como vencedores do festival (KAINO, entrevista, 2014).

Como dito, a música em análise comporta três estrofes. O primeiro começa com essa frase: “*Nascemos, Deus brindou-nos com a chuva Deu-nos solo fértil [...]*” e finaliza com esta outra: “*Se for para frente todos nós avançaremos*”.

Se pegarmos as primeiras frases do início da estrofe, assim como as ultimas aqui apresentadas, podemos tirar as seguintes conclusões:

Achamos que o “eu lírico” da estrofe, na sua primeira fala, está mostrando que temos grande quantidade de riqueza dada pela natureza, que é a chuva e um solo fértil. Como sabemos, obviamente, não é toda parte do planeta terra que tem esse privilégio de ter um solo fértil, mar, e uma chuva de grande quantidade que dá inveja para os países da nossa sub-região como, por exemplo: Senegal é Guiné- Conakry. Tendo esses privilégios devemos pontuar trabalhar para merecer. E, no final da estrofe, o “eu lírico” mostra a importância de ter um espírito de patriotismo por parte dos nossos governantes e tirar de lado o individualismo que está no ápice dos contratos, acordos assinados com os brancos, empresários estrangeiros, que ele chama de interesseiro. O “eu lírico” também traz a ideia de não aceitar ser usado como fonte das pesquisas que vai sustentar as áreas científicas para o mundo ocidental como oriental sem nenhuma contrapartida, digo contrapartida não em termo do dinheiro líquido, que são contrapartidas de fins pessoais, mas sim na criação de postos de trabalhos para a população, jovens, uma política de maior parte do processamento do produto seja no país com toda segurança, seja na obrigação pela parte das empresas de formar e capacitar a mão de obra local.

Com isso, ao perguntar para os elementos do grupo sobre o papel deles e da música em causa perante a sociedade guineense, temos seguinte resposta:

O nosso papel e da música “Esta terra é nossa” é de conscientizar toda a população guineense no seu todo, digo no seu todo, desde políticos até a sociedade civil dos impactos que podemos sofrer e deixar para a futura geração com a devastação. Digo isso porque uma população que está bem no interior do país, mesmo antes sem saber da importância da nossa biodiversidade e as áreas protegidas escutando essa música, vai perceber melhor que não vale a pena ficar todo o tempo cortando a mata, derrubando as árvores que fizeram centenas de anos, só nos traz consequências. Outra coisa muito interessante da música devido à repercussão é de que até as crianças sabem que cortar sem plantar traz a desertificação e os políticos também muito bem da preocupação da juventude porque eles escutam rádio (Dr. MV, entrevista, 2014).

A segunda estrofe inicia-se com essas frases: “*Guiné-Bissau é nossa/Se não cuidemos dela será a nossa desgraça/Paremos com a exploração porque ela não é de graça [...]*”. E finaliza com estas: “*Então para tal não tenhamos pressa/Sem condições podemos trazer a fome*”.

O “eu lírico” da estrofe continua alertando sobre o cuidado com os recursos naturais, mostrando que a exploração de qualquer que seja o recurso natural não pode ser de graça e/ou a “preço de banana”. E no que diz respeito, qualquer que seja exploração dos recursos naturais, é preciso agir com calma, sem individualismo e com cabeça fria, sem pressa, porque, caso contrário, vai trazer a fome, que é uma coisa de difícil controle.

Esse espírito de individualismo que fracassou o aparelho de Estado, conforme afirma Sousa (2012), na maioria das vezes norteia os acordos da exploração dos nossos recursos, como foi mostrado numa das matérias retirada num site jornalístico *novas da Guiné-Bissau* que tem como título: *Em nome do dinheiro governo vende floresta às empresas exportadoras de troncos de madeira*.

Em nome do dinheiro: o governo vende floresta às empresas exportadoras de tronco de madeira, ou seja, da corrida à riqueza fácil regista-se, neste momento, uma invasão, e conseqüentemente, a devastação da floresta guineense por parte dos “gringos” detentores das empresas de exportação dos troncos de madeira. Mas, como se ainda não bastasse, este crime ambiental hediondo deve-se esclarecer. Todavia, este crime está a ser apoiado por altos responsáveis do aparelho de Estado que, em cumplicidade com os chefes de tabancas ou régulos, poder tradicional, todos eles têm em mira caçar a espécime, uma das mais nobres da floresta guineense. Trata-se, a título de esclarecimento, do “pau de sangue”, uma das árvores de maior qualidade no mercado mobiliário. Além disso, eles aproveitam também as árvores secas para extração de carvão e corte de cibes. A região de Tombali, no sul do país, não escapou ao fenômeno da devastação da floresta, o que se verifica um pouco por todo o território nacional. A atividade de cortes dos troncos de madeiras e cortes das árvores para a extração de carvão ao nível da região se regista mais no setor de Quebo, enquanto a corte de cibe se concentra mais no setor de Cacine, particularmente na povoação de Campês, onde se pode encontrar caminhões e mais caminhões carregados de cibes (DA GUINÉ, *novas*, 2014, p.3).

A terceira e última estrofe da nossa análise inicia-se com essas frases: *“Bauxite de Boé, fosfato de Farim Todos te pertencem e também a mim Biodiversidade é o dom dado por Deus”*. E finaliza com estas: *“Neste mundo não há fartura que não acaba. A Nossa Terra tem de tudo. Dito isto pelo Mundo”*.

Podemos dizer que desde o refrão até à última estrofe da música, o “eu lírico” traz uma lição de moral, no que deve ser feito em função ao cuidado com o meio ambiente, em geral, como na exploração dos recursos florestais, em particular. Na última estrofe o “eu lírico” mostra que, qualquer que seja o recurso natural de um país, pertence ele, à toda população que lá vive, e que não pode ser repartido por uma parcela bem minoritária. É que com o início da exploração, devem-se criar condições para que as pessoas que vão ser afastados do local, e para aqueles que vão perder campo de cultivo também, caso que

tornou-se polêmico na região de Oio, Farim, entre as autoridades e a população que estavam reivindicando os seus direitos de ter um local por parte do Estado para residir devido ao afastamento.

Com esse não cumprimento da responsabilidade do Estado, é que se originou a existência da música “Esta terra é nossa”, sobre a vida da população que, na maioria das vezes, gera um impasse e até perda de vidas. Perguntamos aos integrantes do grupo a visão deles sobre a situação política do país e recebemos como a resposta o seguinte:

Quanto a essa pergunta tenho a dizer que a situação da Guiné- Bissau para os guineenses não é nada estranho. Nós todos sabemos e vivemos, a pessoa pode não estar presente no decorrer da cena, mas sempre ouviu-se falar que as coisas não correram nada bem, mas pelo que estamos a fazer e pelo que estamos a ouvir as coisas estão a mudar positivamente, porque é isso que nós queremos e achamos que isso vai continuar assim ou vai melhorar cada vez mais porque os guineenses já têm na mente que a Guiné é de todos nós. Deve ser que é isso que faltava na mente de muitos guineense e que fez com que os outros abusavam, pensavam e achavam que eles é que têm mais direito, eles é que são proprietários donos da Guiné, mas isso está a diminuir-se pouco a pouco na mente das pessoas. Estamos a ter na mente de que a Guiné é nossa, então sendo nossa, precisamos de dividir e fazer a vontade do povo, porque o povo é que manda. Como se diz a democracia poder do povo. Podemos ser representados por pessoas, mas o papel dessas pessoas é de satisfazer a nossa vontade, a vontade do povo e desde sempre a vontade do povo guineense não é satisfeita. Então, agora estamos a ser ouvidos nós sendo a parte do povo ou da população e achamos que isso vai continuar e desejamos que isso continue para sempre como todos povo do mundo precisamos de ter a paz e estabilidade. Se tivéssemos tudo isso não veríamos cá para estudar e passar essas certas dificuldades que estamos a passar (Kaino 200, entrevista, 2014).

Na fala do nosso entrevistado Kaino (2014), podemos dizer que o passado dos guineense foi marcado pelas dificuldades e com desunião entre os filhos, no que diz respeito a causa nacional, ou seja, a luta pela felicidade do povo que vai enraizar na boa governança que é sustentado com um espírito de patriotismo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso trabalho consiste numa investigação voltada para as críticas da sociedade civil, movimento hip-hop, perante a má gestão do estado no que diz respeito a recursos naturais, cujo título: *Movimento Hip-hop em Guiné-Bissau: Análise da música Esta terra é nossa, do grupo Real Power*. E, tem como objetivo compreender o papel político do Movimento *Hip Hop* no contexto da crise social e política da Guiné Bissau, que foi feita através da análise da letra da música e com a entrevista com os elementos integrantes do grupo que são estudantes da UNILAB, Universidade da integração internacional da lusofonia afro-brasileira.

O movimento hip- hop em Guiné-Bissau surgiu com a mesma finalidade do que se fazia nos EUA (Estados Unidos de América), que é de protestar contra a política da minoria para com a maioria, de ser um ato de transmitir a mensagem do sofrimento do povo.

Para compreender a situação política da Guiné-Bissau, recorreremos alguns fatos que ocorreram e marcaram a independência do país. A Guiné-Bissau foi o primeiro país da colônia portuguesa a se proclamar a independência unilateralmente e a ser reconhecida por Portugal no dia 10 de setembro de 1974, e entrou como a primeira colônia portuguesa em África a ser independente, um fato histórico que acabou por não ter sentido devido aos retrocessos políticos, desde a primeira república até a segunda. A segunda república tem como seu último contrabando político o golpe de Estado de 12 de Abril de 2012, num momento em que o país buscava entrar na corrente do desenvolvimento devido a vários projetos que iriam ser financiados pela comunidade internacional e que foi adiado em razão de o critério da comunidade de que, qualquer que seja o país a beneficiar-se do crédito, há que ter um governo legítimo em que a vontade de povo é manifestada.

No que diz respeito a análise da música que propomos como uma das tarefas a cumprir, nos traz uma leitura que algo do pensamento benéfico para o povo estava longe do círculo da exploração dos nossos recursos naturais, principalmente a floresta, que achamos ser pertinente estudar no momento, em virtude de sua repercussão na camada da sociedade civil, como mostramos nos parágrafos anteriores de trabalho, e não só na camada política que, recentemente, durante as últimas eleições legislativas e

presidenciais, de Abril 2014, o primeiro ministro eleito, Domingos Simões Pereira, falou seriamente sobre o caso numa entrevista concedida à RTP, Rádio Televisão portuguesa.

Há estudos na Guiné-Bissau em que tive acesso e conheço as conclusões que dizem que a Guiné não tem condições para promover a indústria da madeira, a sua produção é para manter o ecossistema e, portanto, qualquer produção, mesmo em consumo interno, devia cautelar determinadas situações enquanto mais a exportação. É a questão da política e vamos acabar com isso.

Na entrevista que realizamos com os elementos do grupo, em causa da nossa pesquisa, que é Real Power, na pessoa de Kaino 200 e Dr Mv, notamos que a música veio através de um festival que tem como a finalidade chamar atenção dos governantes e não só da população em geral, da gravidade de um projeto que o governo tinha na altura, que ia devastar muito a floresta guineense sem nenhuma contrapartida para a população, e a essência da música é como uma lição de moral, com o fim de mostrar o quanto é perigoso cortar sem plantar, e o quanto é prejudicial para a população o espírito do individualismo dos nossos governantes nos acordos assinados, no que diz respeito à exploração dos nossos recursos naturais que estão cheio de biodiversidade. Isso podemos constatar na fala do Kaino 200 durante a nossa entrevista:

A razão principal da existência da música Esta terra é nossa, é de que tinha um festival organizado por uma ONG, tinguena, que veio no intuito de chamar atenção dos políticos e da população em geral, sobre um projeto do governo na altura que vai devastar muito a nossa floresta, sem nenhuma contrapartida para a população, lembrando que o nome em si da música, “*Esta terra é nossa*”, mostra que todos nós pertencemos qualquer que seja riqueza da nossa biodiversidade.

5. REFERÊNCIAS

BARROS, Miguel. **Participação política juvenil em contexto de “suspensão” Democrática: a música rap na Guiné-Bissau.** Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC EQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.seer.ufs.br%2Findex.php%2Ftomo%2Farticle%2Fdownload%2F900%2F790&ei=L99KVP3BNJGRsQSVyICgDg&usg=AFQjCNEeHs swGlkpxRiq7UCVlrzLEumxGg&sig2=v69nLBy1pTgnaM>. Acessado no dia 20 de Fevereiro de 2014.

BISSAU, Guiné. **Floresta da Guiné-Bissau ameaçada por abate selvagem.** Disponível em: <http://www.gbissau.com/?p=6207>. Acessado no dia 25 de Maio de 2014.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade. Para uma teoria geral da política.** 1ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

CORREIA, Constatino. **O Estado da gestão da floresta na Guiné-Bissau: Realidade e perspectiva.** Disponível em: <http://acaocidadao2012.blogspot.com.br/2012/11/o-estado-da-gestao-das-florestas-na.html> acessado no dia 02 de fevereiro de 2014.

DA GUINÉ, Novas. **Em nome do dinheiro governo vende floresta às empresas exportadoras de troncos de madeira.** Disponível em: <http://novadaguinebissau.blogspot.com.br/2014/05/em-nome-do-dinheiro-governo-vende.html>. acessado no dia 26/05/2014. Acessado no dia 26 de Maio de 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LOPES, Carlos. **Desafios contemporâneos da África, O legado de Amílcar Cabral.** Org. Tradução Roberto Leal/ Fundação Amílcar Cabral. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social, teorias, método e criatividade.** 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA. **Recursos naturais e ambiente.** Programa de NU pra desenvolvimento. Disponível em: <http://www.didinho.org/PLANODEACCAOPARAABIODIVERSIDADENAGUINEBISSAU.pdf> acessado no dia 15 de Janeiro de 2014.

Ministério dos Recursos Naturais da Energia, Secretaria de Estado da Energia. Disponível em: http://www.cilss.bf/predas/IMG/pdf/Guinee_Bissau_Document_de_synthese_SED-PLIED_final.pdf. Acessado no dia 20 de fevereiro de 2014.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso.** 10ª ed. São Paulo: Pontes editora, 2012.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Secretaria de Estado do Ambiente e do Turismo. **Cimeira mundial sobre o desenvolvimento sustentável.** Relatório nacional. Disponível em: <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/977guineabissau.pdf>. Acessado no dia 13 de Janeiro de 2014.

RTP. Disponível em: <http://www.rtp.pt/rdpafrika/index.php?t=Domingos-Simoes-Pereira-na-primeira-grande-entrevista.rtp&article=2773&visual=15&tm=14>

revista portuguesa sobre ecologia: http://speco.fc.ul.pt/revistaecologia_4_art_2_1.html
acessado no dia 18 de junho de 2014.

SOUSA, Julião Soares. **GUINE-BISSAU: A destruição de um país, Desafios e reflexões para uma nova estratégia nacional.** 1ª ed. Coimbra, 2012.

SEMEDO, Rui Jorge. **Tensões Mundiais.** 13 ed. V.7, Fortaleza, 2011.

SILVA SOUSA, Ana Lúcia. **Letramento de resistência. Poesia, grafite, música, dança: hip-hop.** Parábola editorial, São Paulo, 2011.

TEODÓSIO, Marcela Dias. **O rap e suas ressignificação.** Trabalho apresentado para obtenção do mestrado na Universidade São Carlos, 2011.

6. ANEXOS

ANEXO I

LETRA DA MÚSICA (versão crioulo)

ESTA TERRA É NOSSA

Eieeee,eieeee, eieeee Real Power

Esta terra é nossa

Kaino 200, Dr Mv, Mikail

[Coro]

Pensa bem nha ermon

Cada dia cu sol na mansi, bissilon na cai na djon eieee

Ké ma buka tem nusson, dikuma corta sim sumia ta tchoma so desertificason

Bo bim nô djunta mon

Ala estrangeiro na kaba pisca nô pis pa se país eieee

Coitade fidjus de tchon

Ala terra na explorado ma população ka sta feliz

Tchee, nô padido Deus patino tchuba

E patino solo fértil

Nô mar tene espécie de piss que na mundo e difeicil

E ka tem dúvida ermons a nos tudo e guineese

Si ka aruz de pilon lingron kuma ke nona quirici

Nô terra tene riqueza desde tchon até na ceu

Nô dibdi orgulha del suma hora ke nô ganha um troféu

Pensa na piss na mar ke branco na caba pisca

Fome na ameaça mundo nô seta usado suma isca

Pa reforça ecomonia de Asia, eropa ku américa

Pa sustenta experiência realizado na área científica

Estrangeiro miste usa mama Guiné tipo Cobaia

Se nô ka finca pé é na fundianu bass de reia

Nô prifiri de passo lento, mas essencial pa seguro

Dike que rápido que na prejudicano na futuro

Nô biodiversidade pude dano quique nô miste

Só pano peserval nô sinta nô sinta tudo nô reflete

Nô lembra aonte nô pensa aôs nô pensa amanhã

É terra e de nós se cumpo anos tudo que na nganha

Eieeeee, ôôôô Guiné

[Coro]

Pensa bem nha ermon

Cada dia cu sol na mansi, bissilon na cai na djon eieee

Ma buca tem nusson, dikuma na corta sim sumia ta tchoma so desertificason

Bo bim nô djunta mon

Ala estrangeiro na kaba pisca nô pis pa se país eieee

Coitade fidjus de tchon

Ala terra na explorado ma população ka sta feliz

Haaa, Guiné-bissau e de nós si noca cuida del no nhani

Nô para binde terra pabia ikaarande

Se bu djube bubaque ala rubane na caba bindido

Bu djube pa outro lado ala contrato na caba tomado

Ku brancos, na corta madeira pa intche barco

Pa leba paceterra

Pisca nona mar a vontade tipo cidadão nacional

Controle ca tem, mas e bom nô pensa bem

Pabia Brancos ca burro, brancos ca tulo
É explora ceterra toki bida limpo
Goss é miste bim li ku sentido de beneficio
É ta findji fala só kuma é tene projeto
Utro djintis ta sumi pabia é ta otcha suco de bass
Ma dinheiro ta caba vida ta continua
Sim se barco nô na remau ku kanua
Nô tene fidjon, mancara, tchebem
Nô teneu midju piss na mar tchiu e passa
Então pa kila sino turmentau ko explora terra sim runi condição
E pude tissino fome sim sombra de duvida
e na criano problema
Agora tchon e de nos noten que protegil
Paka nô bim ripinde dino Guiné verde virgem
Mundo tudo nghaba
Eieeeee,oooooooo éh Guiné
[Coro]
Pensa bem nha ermon
Cada dia cu sol na mansi, bissilon na cai na djon eieeee
Ma buca tem nusson, dikuma corta sim sumia ta tchoma so desertificason
Bo bim nô djunta mon
Ala estrangeiro na kaba pisca nô pis pa se país eieeee
Coitade fidjus de tchon
Ala terra na explorado ma população ka sta feliz

Iôôôô bu odja ki barco ki na bim lá?
I de ki brancos ki ta pisca nona mar

Ermons guineense nô djunta mon nô pensa nô tchon
Ermons guineense nô djunta mon nô pensa nô tchon
Nô pensa pa ben de no Guiné-bissau nô terra
Guiné terra tene mar, Guiné terra tene mato bauxiti fosfato
Guiné tene marrrrrrrrrr, Guiné tene mato bauxiti fosfato
Ermons guineense nô djunta mon nô pensa nô tchon
Nô pensa pa ben de no Guiné-bissau nô terra
Guiné terra tene mar, Guiné terra tene mato bauxiti fosfato
Guiné tene marrrrrrrrrr, Guiné tene mato bauxiti fosfato

Djee bauxito de boé ku fosfato de Farim
Tudo ki recurso e pertensin e pertensiu
Ika bo de um alguin mas sim e pertensino tudo
Biodiversidade e riqueza que Deus patino
Infelizmente utros sta na nogocial cada dia
Pensando Cuma assim que nona lantanda nô economia

Ma bô está nghanado

Terra ta explorado pa tira fidju na cansera
Mas não sacrificia fidju pa pude explora terra
E dibde tem condição pa kilis que na dislojado
Kilis que tirado na espaço que é padido
Kilis que pide orta, bulanha campo de cultivo
É dibde kriado condição pa é pudi manti vivo
No sibi aproveta nô mar nô solo nô tchuba
Porque ne mundo ika tem sabura ke kata caba
Nô terra tene quase mundo inteiro tudo nghaba
Nô sibe geril bem paka nô fala si nô sibiba

Ermons guineense nô djunta mon nô pensa bon
Nô pensa pa ben de no Guiné-bissau nô terra
Guiné terra tene mar, Guiné terra tene mato bauxiti fosfato
Guiné tene marrrrrrrrrr, Guiné tene mato bauxiti fosfato
Ermons guineense nô djunta mon nô pensa bom
Ermons guineense nô djunta mon nô pensa bon

Nô pensa pa ben de no Guiné-bissau nô terra
Guiné terra tene mar, Guiné terra tene mato bauxiti fosfato
Guiné tene marr, Guiné tene mato bauxiti fosfato
Ermons guineense nô djunta mon nô pensa bon
Nô pensa pa ben de no Guiné-bissau nô terra
Guiné terra tene mar, Guiné terra tene mato bauxiti fosfato
Guiné tene marr, Guiné tene mato bauxiti fosfato
Ermons guineense nô djunta mon nô pensa bon
Nô pensa pa ben de no Guiné-bissau nô terra
Guiné terra tene mar, Guiné terra tene mato bauxiti fosfato
Guiné tene marr, Guiné tene mato bauxiti fosfato

ANEXO II

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Como surgiu o grupo Real Power?
- 2) Em que ano iniciou atuar como um grupo musical?
- 3) O grupo é composto por quantos elementos?
- 4) O que motivou os integrantes do grupo a escolher o estilo hip-hop e não o outro?
- 5) Quantos álbuns que o grupo já lançou?
- 6) Qual é razão principal da existência da música “Esta terra é nossa”?
- 7) Qual é a visão do grupo perante a situação política da Guiné-Bissau?